



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

O REBATIMENTO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: um debate
mais que necessário

FERNANDA SOARES CÉSAR

SOUSA/PB

2023

FERNANDA SOARES CÉSAR

O REBATIMENTO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: um debate
mais que necessário

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para obtenção de Grau de especialista em Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.

SOUSA/PB

2023

**O REBATIMENTO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: um debate
mais que necessário**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para obtenção de Grau de especialista em Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas.

Data de aprovação: 30 de março de 2023.

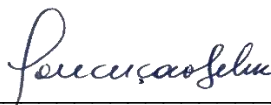
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.
Orientador



Prof. Ma. Franciele da Silva Santos
1ª Examinadora



Prof.ª. Dra. Maria da Conceição Silva Felix
2ª Examinadora

C421r

César, Fernanda Soares.

O rebatimento do conservadorismo no Serviço Social : um debate mais que necessário / Fernanda Soares César. - Sousa, 2023.

32 f. : il. color.

Monografia (Especialista em Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior."

Referências.

1. Serviço Social. 2. Imagem Social. 3. Direção Estratégica. 4. Formação do Assistente Social. I. França Júnior, Reginaldo Pereira. II. Título.

CDU 36(043)

Dedico este trabalho a minha avó, Josefa Almeida de Sousa (in memoriam) e ao meu tio, Francisco de Sousa Filho (in memoriam) por tudo que representaram em minha vida. Permanecerão para sempre em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, muitas lembranças e pessoas vem à tona em nossa memória. Não apenas por presenciarem angústias e dificuldades, mas por compartilharem alegrias e conquistas. Por essa razão, agradeço aos/às que foram e são alicerces e força nos momentos que pareciam impossíveis.

Agradeço à Deus por ser minha fortaleza em todas as circunstâncias da minha vida. Toda honra e glória a Ele! Sem Ele nada disso seria possível.

Aos meus pais, Francisca e Francinaldo, agradeço por tudo! Vocês são essenciais em todas as minhas conquistas, tanto pelo apoio quanto pela força que despertam em mim para continuar buscando e nunca desistir.

Ao meu irmão, Francielio e à minha irmã, Flávia, que além de irmã também é a minha melhor amiga e partilha comigo todas as realizações.

Ao meu noivo, Silvano, por tantos momentos felizes partilhados e pelas palavras de incentivo e motivação.

Agradeço à minha tia, Izabel, que com o passar do tempo se configurou como uma segunda mãe, o seu apoio, ajuda e dedicação para me ver realizando as minhas metas são cruciais.

Não poderia deixar de agradecer às minhas amigas Dayane, Marcia e Raênia, pela amizade sincera e que, mesmo com o decorrer do tempo e a distância, se fazem presentes.

Aos meus familiares e amigos mais próximos, o meu agradecimento sincero.

Também agradeço ao meu orientador, Reginaldo França, pelos ensinamentos e pelo incentivo para chegarmos ao resultado final deste trabalho.

À minha banca examinadora, Franciele Santos e Conceição, pelas contribuições.

Enfim, gratidão a todos que de alguma maneira contribuíram para a materialização desse momento!

RESUMO

Este trabalho tem como foco principal investigar a presença de aspectos tradicionais na imagem do Serviço Social brasileiro. Para atingirmos este propósito utilizamos a técnica de pesquisa bibliográfica e contamos com a incorporação do método crítico e dialético de Marx por fornecer o aporte crítico necessário às reflexões e possibilitar o desvendamento da realidade e seus determinantes sócio-históricos. Tivemos como objetivo analisar a direção estratégica adotada pela profissão em seu projeto ético-político conquistado a partir dos anos de 1990 e materializado através da Lei que regulamenta a profissão (8.662/93), do Código de Ética Profissional de 1993 e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996. Também procuramos tratar do contexto de crise do capitalismo que ocasionou desafios para a profissão que tanto avançou nos últimos anos e constatamos que um dos maiores desafios presentes na atualidade é a influência da pós-modernidade que atua como uma forma de reacender o conservadorismo e, conseqüentemente, desencadear uma prática profissional marcada pela persistência de aspectos considerados como tradicionais na história do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chaves: Imagem social; direção estratégica; Serviço Social.

ABSTRACT

The main focus of this work is to investigate the presence of traditional aspects in the image of Brazilian Social Work. To achieve this purpose, we used the technique of bibliographical research and counted on the incorporation of Marx's critical and dialectical method for providing the necessary critical contribution to the reflections and enabling the unveiling of reality and its socio-historical determinants. We aimed to analyze the strategic direction adopted by the profession in its ethical-political project conquered from the 1990s and materialized through the Law that regulates the profession (8.662/93), the Code of Professional Ethics of 1993 and the Curriculum Guidelines of the ABEPSS, from 1996. We also try to deal with the context of the crisis of capitalism that caused challenges for the profession that has advanced so much in recent years and we found that one of the greatest challenges present today is the influence of postmodernity that acts as a way to rekindle conservatism and, consequently, triggering a professional practice marked by the persistence of aspects considered traditional in the history of Brazilian Social Work.

Keywords: Social image; strategic direction; Social service.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social;

FHC- Fernando Henrique Cardoso;

EaD- Ensino à Distância;

FIES- Fundo de Financiamento Estudantil;

PEPSS- Projeto Ético-Político do Serviço Social;

PROUNI- Programa Universidade para Todos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: FUNDAMENTOS E HISTÓRIA	
1.1 O SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL: DO CONSERVADORISMO À CRÍTICA ..	13
1.2 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	17
1.3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	19
CAPÍTULO II – IDENTIDADE PROFISSIONAL E CRÍTICA	
2.1 O SIGNIFICADO POLÍTICO E ÉTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	23
2.2 O CONSERVADORISMO E A IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL	25
2.3 A CRISE DO CAPITAL E OS REBATIMENTOS DO CONSERVADORISMO PROFISSÃO	27
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que para apreendermos a imagem do Serviço Social precisamos entender o seu desenvolvimento na história da sociedade capitalista brasileira e a sua consolidação como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, considerando o seu grande marco histórico e, aqui, estamos nos referindo à construção do Projeto Ético-Político.

Sabemos que o Projeto Ético-Político do Serviço Social resultou do processo de renovação da profissão no Brasil iniciado na década de 1960 concomitantemente com as transformações societárias que atravessavam o país (NETTO, 1996). Esse é um projeto comprometido com os interesses dos/as trabalhadores/as, norteador de uma atuação profissional crítica e baseado em princípios como a defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade, da ampliação da cidadania e da construção de uma nova sociedade sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Nesse sentido, esse trabalho tem como propósito evidenciar como o projeto ético-político se legitima frente a onda conservadora - a pós-modernidade - e analisar a persistência de aspectos considerados como tradicionais no âmbito do trabalho profissional do/a assistente social, partindo do pressuposto de que esse trabalho é imbuído de traços e características históricas que marcaram o início da profissão na realidade brasileira.

No processo de investigação do objeto de pesquisa, lançamos mão de alguns procedimentos metodológicos: em relação ao método a ser utilizado na pesquisa trata-se do método crítico-dialético elaborado por Marx, escolhido por ser o único capaz de compreender a realidade em seus determinantes sócio-históricos, além da sua perspectiva crítica. Esse é um método que propicia uma investigação pautada em categorias de análises como a totalidade social, a contradição e a mediação, capazes de apreender a dinâmica em que se encontra o objeto pesquisado de forma a ultrapassarmos a sua aparência e captarmos a sua essência (NETTO, 2009).

O tipo de pesquisa é bibliográfico de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. Enquanto modo de abordagem da realidade, a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (1994), preocupa-se com o universo dos significados das ações e

relações humanas, ou seja, "um nível de realidade que não pode ser quantificado", mas analisado e refletido a luz de pressupostos teóricos que o subsidiem. Sendo de caráter exploratório, essa pesquisa objetiva desenvolver e esclarecer ideias com vistas a fornecer hipóteses ou tornar mais explícita a referida problemática.

No que concerne a estrutura, o trabalho está dividido em duas partes: a primeira compreende a contextualização histórica da profissão no Brasil desde sua gênese até a conquista do projeto ético-político, como também os desafios postos à formação profissional do/a assistente social frente a conjuntura política dos anos de 1990, apesar dos princípios fundamentais das diretrizes curriculares terem avançado com o projeto de formação profissional. Quanto a segunda parte, centramos a análise no significado ético e político do Serviço Social e a sua imagem socialmente construída atrelada ao conservadorismo, por último discutimos o contexto de crise do capital e os rebatimentos resultantes desse cenário de crise para a profissão.

A relevância social desta pesquisa está estritamente vinculada à qualidade dos serviços prestados à população e ao entendimento tanto dos/as assistentes sociais quanto dos/as seus/suas usuários/as em relação ao trabalho profissional desenvolvido em seus espaços ocupacionais, principalmente diante de impasses cotidianos dentre os quais podemos mencionar a persistência do conservadorismo no interior da profissão. Para o Serviço Social a importância dessa discussão consiste em esclarecer e demarcar a natureza do trabalho profissional enquanto uma profissão regida pelo aparato legal, normativo e organizativo que compreende o seu Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996, ou seja, por um projeto profissional crítico que rompeu com suas protoformas a partir do marxismo e, conseqüentemente, com o conservadorismo que a atravessava.

CAPÍTULO I - O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: fundamentos e história

1.1 O Serviço Social tradicional: do conservadorismo à crítica

O período que marca a emergência do Serviço Social no Brasil remonta aos anos de 1930, correspondente ao capitalismo em sua fase monopolista que passa a ter o Estado como aliado no atendimento às suas necessidades de reprodução ampliadas. O capitalismo monopolista marca o desenvolvimento avançado da industrialização, a urbanização acelerada, além do processo de intensificação da questão social e, como consequência, o surgimento das políticas sociais para o seu enfrentamento. Também podemos constatar o aprofundamento das contradições inerentes ao capital, a reconfiguração das relações entre as classes sociais e, conforme Netto (2011a), a revelação dos traços basilares do capitalismo como a exploração, a alienação e a transitoriedade histórica.

É nesse contexto de emergência do Serviço Social e expansão do capitalismo brasileiro que a profissão se apresenta na sociedade sob forte influência da Igreja Católica o que, de acordo com Yazbek, culminou na formação dos/as primeiros/as assistentes sociais brasileiros/as orientados/as pelas diretrizes das encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*¹ e a autora continua afirmando que:

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à "questão social". Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral (2009, p. 04).

Essa influência da Igreja imprimiu, ainda, para o Serviço Social, como bem Yazbek (2009) enfatiza, um caráter de apostolado baseado numa abordagem da questão social fundamentalmente como problema moral e religioso e numa ação

¹ Essas encíclicas tratavam do papel da Igreja na sociedade moderna e consideravam a questão social como uma questão moral (YAZBEK, 2009).

interventiva pautada na formação da família e do indivíduo para o atendimento de suas necessidades. Ademais, a profissão trabalhava os valores e comportamentos de seus “clientes” em busca da integração deles nas relações sociais vigentes.

A partir dos anos de 1940 notamos o contato inicial do Serviço Social brasileiro com a teoria social positivista em decorrência da sua aproximação com o Serviço Social norte-americano, isso fez com que o conservadorismo católico que caracterizou a gênese da profissão no Brasil começasse a ser tecnificado.

Diante do processo de constituição do Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e da legitimação profissional adquirida através do seu assalariamento e expansão das instituições públicas estatais, é que a profissão recorre a uma reorientação para atender as novas demandas da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, de ampliação dos seus referenciais técnicos, o Serviço Social reafirma o conservadorismo e concebe o que Iamamoto (1992) designa como “arranjo teórico doutrinário”, ou seja, a união do doutrinário cristão com a sustentação técnica e científica do positivismo.

E nesse sentido, conforme Yazbek:

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediatez. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis (2009, p. 06).

Os primeiros indícios de questionamento a corrente teórica positivista têm relação com a conjuntura de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais dos anos de 1960, quando o capitalismo se amplia e se consolida em escala mundial. Mediante esse contexto, o Serviço Social brasileiro assume para si as inquietações e adentra em um Processo de Renovação² e de contestação ao tradicionalismo profissional. Esse processo se iniciou em meados da década de 60, no momento de vigência da Ditadura Militar na sociedade brasileira e, por esta razão, assumiu peculiaridades que valem a pena ser destacadas a partir da discussão de três vertentes absolutamente distintas.

² A nível de América Latina, esse momento é denominado de Movimento de Reconciliação.

A primeira vertente constituinte desse processo é, conforme Netto (2011b), a Perspectiva Modernizadora que se particulariza pelo seu caráter conservador e funcionalista sustentados pela teoria social positivista. Essa teoria se coloca como uma alternativa para o avanço dos referenciais técnicos da profissão e configura uma modernização conservadora voltada para a manutenção da ordem do capital. Em outras palavras:

A perspectiva modernizadora foi a tendência [...] que melhor se identificou e formulou ações funcionais à administração das tensões sociais geradas pela autocracia burguesa com seu ímpeto radical em reforçar-reformar a ordem monopólica. Inspirada no funcionalismo norte-americano de Parsons e Merton [...], tal proposta será originalmente documentada nos encontros de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970) (SILVA, 2013, p. 92, grifos nossos).

A vertente seguinte, denominada de Reatualização do conservadorismo, é o segundo momento do processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Sob inspiração da fenomenologia, essa vertente não teceu críticas a ordem estabelecida e privilegiou, sobretudo, a concepção de pessoa, diálogo e transformação social. Como aborda Netto, essa vertente usufruiu de “todo um acúmulo ainda vigente de expectativas, historicamente respaldadas no desempenho tradicional dos assistentes sociais, referentes ao exercício do Serviço Social fundado no circuito da ajuda psicossocial” (2011b, p. 158).

Em suma, ambas as vertentes se assemelham em determinados pontos cruciais para a análise, quais sejam: conservaram, mesmo que por vias distintas, a ordem do capital e sua face totalitária no país e mantiveram o conservadorismo enraizado na profissão. Para melhor elucidarmos esse processo, Ortiz sintetiza:

É, portanto, a simultaneidade entre a continuidade e a ruptura com o Serviço Social “tradicional”, que permite, de um lado, a ascensão de correntes de modernização e reatualização do Serviço Social, de acordo com Netto (1991), que embora critiquem os princípios do chamado Serviço Social “tradicional”, reposicionam o histórico conservadorismo presente na profissão desde suas protoformas; de outro, o surgimento, pela primeira vez na trajetória sócio-histórica dessa profissão, de uma matriz profissional voltada efetivamente para a ruptura com o tradicionalismo (2007, p. 218).

Ortiz está se referindo à última vertente do processo de renovação, a Intenção de Ruptura. Esse foi o momento em que ocorreu a tentativa de rompimento com o tradicionalismo profissional através do conhecido Método de BH desenvolvido na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais em meados

dos anos de 1970. Apesar de ter significado um marco essencial na história da intenção de ruptura com o conservadorismo da profissão, o método de BH estabeleceu inicialmente uma incorporação enviesada da teoria de Marx, não houve uma leitura minuciosa de suas obras originais que fosse capaz de oferecer o suporte necessário para os/as seus/suas profissionais naquele contexto.

Apenas nos anos que se seguem, mais precisamente no ano de 1982, apreciaríamos a primeira obra fundamentada pelas fontes originais de Marx intitulada como “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” da autora Marilda Iamamoto que, segundo Netto (2011b), constituiu a principal influência marxiana para a compreensão do Serviço Social e consolidou no plano teórico-crítico o processo de rompimento com o conservadorismo profissional.

A denúncia do conservadorismo do Serviço Social surgiu, mais precisamente, com o Movimento de Reconceituação na América Latina. No Brasil, esse quadro de crítica ao conservadorismo coincidiu com a crise da ditadura e a luta pela democracia brasileira, onde se inscreveu a primeira condição política para a construção do projeto profissional (NETTO, 1999).

Esse foi um contexto histórico que confrontou pela primeira vez o conservadorismo no Serviço Social brasileiro, apesar de tantas vezes metamorfoseado, mas sempre reciclado no interior da profissão, iniciou-se um processo de contestação no corpo profissional. Houve a exigência de novas respostas profissionais e o redimensionamento dos campos da pesquisa, ensino, regulamentação da profissão e a organização político-corporativa dos/as assistentes sociais.

Isto posto, o terceiro momento do processo de renovação do Serviço Social, dentre os momentos anteriores, se configurou como uma linha de fundamentação diferenciada que culminou na crítica do histórico conservadorismo profissional mantido e reforçado nas duas primeiras vertentes e inaugurou a abertura da construção de um novo projeto profissional - o Projeto Ético e Político do Serviço Social (PEPSS). Agora, um projeto crítico e inovador, orientado a partir do marxismo e pautado no compromisso e defesa da classe trabalhadora.

1.2 O Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro

Sabemos que o Projeto Ético-Político do Serviço Social resultou do processo de renovação da profissão no Brasil iniciado na década de 1960 concomitantemente com as transformações societárias que atravessavam o país (NETTO, 1996). Esse é um projeto comprometido com os interesses dos trabalhadores, norteador de uma atuação profissional crítica e baseado em princípios como a defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade, da ampliação da cidadania e da construção de uma nova sociedade.

Como já discutido, a primeira condição para a formulação do projeto ético-político do Serviço Social remonta para as três últimas décadas do século passado, quando o conservadorismo da profissão passou a ser objeto de problematização, criticado e recusado (NETTO, 1999). A partir da conjuntura política, econômica e social dos anos de 1960 e com a expansão do capitalismo mundial, o Serviço Social adentra em um processo de renovação, ou seja, de mudanças de suas bases tradicionais impondo à profissão a construção de um novo projeto profissional, dessa vez alicerçado pelos interesses da classe de trabalhadores/as.

Antes de adentrarmos no PEP do Serviço Social, vale a pena abordarmos a respeito dos projetos profissionais. De acordo com Netto:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (1996, p. 04).

Em referência ao projeto profissional do Serviço Social, segundo Netto (1999), é na passagem dos anos de 1980 aos anos de 1990 que observamos a sua estruturação, porém, constitui um processo contínuo capaz de abranger novas demandas e questões ao longo do tempo e, mesmo assim, manter os seus eixos fundantes.

Nesse sentido, Teixeira e Braz (2009) evidenciam a emergência desse projeto no interior de relações de classes divergentes da sociedade capitalista, como consequência está conectado a outro tipo de projeto, o projeto societário. Esse tipo

de projeto compreende e define os rumos de toda a sociedade e estão atrelados aos projetos profissionais, já que este último é impensável se não relacionado a um projeto mais abrangente, o projeto de sociedade. Dessa forma, o projeto profissional está vinculado a um projeto societário transformador que, de acordo com um dos seus princípios fundamentais, expresso no Código de Ética de 1993, defenda a construção de uma nova sociedade, dessa vez, livre de exploração e dominação de classe.

Ainda no que concerne aos princípios claramente explícitos no projeto, Netto (1999, p. 15) evidencia:

O reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

A defesa dos direitos humanos, da cidadania, da democracia, da equidade e justiça social, da eliminação do preconceito e garantia do pluralismo, além da articulação com os movimentos sociais, do compromisso com a qualidade dos serviços prestados e do exercício do Serviço Social sem discriminar nem ser discriminado, também correspondem aos princípios contemplados no projeto profissional.

Quanto aos componentes que o materializam na realidade objetiva, trata-se do Código de Ética Profissional, da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993) e das Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social da ABEPSS de 1996.

É imprescindível nos determos a algo que marcou profundamente o Serviço Social, estamos falando sobre a sua aproximação à teoria social de Marx que possibilitou à profissão subsídios para progredir suas dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, propiciando um quadro de maturação profissional de rompimento com o conservadorismo (YAZBEK, 2009). Essa teoria redimensionou a profissão nos anos de 1990 e traçou um novo perfil para seus/suas profissionais, vislumbrando-se o aprimoramento de conquistas anteriores e o avanço de diversos campos como da ética, da formação profissional e do trabalho.

Conforme Santos (2007), esse foi o ápice de descoberta do conservadorismo o que imprimiu para a profissão uma nova base de legitimação, dessa vez conferida pelo reconhecimento do seu compromisso com a classe

trabalhadora. Porém, as tensões e desafios para o projeto profissional logo foram ampliadas conforme outras correntes teórico metodológicas surgiram, sobretudo, as correntes pós-modernas e neoconservadoras.

É sabido que o contexto dos anos de 1990 foi marcado por uma onda de transformações no mundo do trabalho, conforme o capitalismo busca se reerguer e como estratégia de saída de mais uma crise passa a incorporar novas medidas. Em referência, Cantalice (2016, p. 240) salienta que:

Nesse sentido, as respostas até então delineadas a essa crise do capital foram processadas a partir de uma nova fase de internacionalização do capital (mundialização do capital); incursão de novas modalidades de reestruturação produtiva (acumulação flexível); implementação de políticas neoliberais com sucessivas reformas; construção de novos consensos entre as classes – por meio dos valores neoliberais, do discurso ideológico da burguesia, minimização do Estado e da profusão das ideias pós-moderna – funcional à reprodução do capital.

Claramente, a cultura pós-moderna sustentou o capitalismo e ao se legitimar como ideologia da lógica dominante, o pós-modernismo deslegitima os discursos que se opõem e questionam os interesses dessa ordem, indubitavelmente o marxismo é um alvo explícito dessa deslegitimação.

Assim o pós-moderno se constitui como uma ideologia, e, mais especificamente, uma ideologia do capital no tempo presente, tendo em vista a funcionalidade da propagação de suas ideias à reprodução social do capital em sua face contemporânea - em razão disso, adquire forte sentido para o projeto de dominação burguesa (CANTALICE, 2016, p. 243).

Nesse sentido, as condições sócio-históricas de construção do projeto ético e político do Serviço Social, apesar de desfavoráveis, designou uma nova imagem social para a profissão, atrelada não mais às formas de ajuda e benemerência, mas à defesa e luta pela viabilização dos direitos sociais da classe trabalhadora. Aqui, as condições também seriam desfavoráveis à formação profissional do/a Assistente Social, tema da nossa próxima discussão.

1.3 A formação profissional do/a Assistente Social

O projeto de formação profissional do Serviço Social é apoiado nos elementos que compõem o projeto ético e político profissional, sobretudo, nas

Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) do ano de 1996. Com o intuito de avançar as competências teórico-metodológicas e ético-política como norteadoras das atividades técnico-operativas, essas diretrizes delinearam um grande avanço para a profissão.

As Diretrizes Curriculares, enquanto base para os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, dispõem de uma direção intelectual e ideopolítica que pautam princípios fundamentais para uma formação profissional articulada com rigor teórico, metodológico e histórico (KOIKE, 2009). Assim, as Diretrizes oferecem referenciais teóricos capazes de compreender o movimento da sociedade capitalista e suas relações contraditórias e o desenvolvimento da profissão. Além disso:

Do ponto de vista de sua estrutura lógica e como proposta pedagógica, o projeto da formação profissional consolidado nas diretrizes curriculares apresenta longo alcance em assentar o ensino-aprendizado na dinâmica da vida social e posicionar o profissional na realidade socioinstitucional (KOIKE, 2009, p. 15).

Contudo, a submissão desse projeto de formação à limites e desafios não foi descartada, essa conquista se deu simultaneamente ao processo de contrarreforma do Estado brasileiro e aos ajustes da política neoliberal o que culminou em desafiantes retrocessos frente aos atuais redimensionamentos do ensino público, acarretando desafios à formação profissional dos/as assistentes sociais e ao mercado de trabalho do Serviço Social.

Como resultado da adesão dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff à política neoliberal, a formação profissional vem sofrendo os impactos do processo de privatização e mercantilização do ensino superior particularmente no tangente à modalidade de ensino EaD (Ensino à Distância). De acordo com Gonçalves e Silva (2020), a partir dos anos 2000 ocorreu a intensificação dessa forma de ensino e o acelerado crescimento dos cursos de Serviço Social tanto na esfera privada como na modalidade EaD. Além disso, esses governos também destinaram recursos do fundo público para a oferta de vagas em instituições privadas através de programas como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos).

Com o processo de privatização, a expansão da EaD ocorreu em todo o Brasil e o curso de Serviço Social aderiu consideravelmente, tornando-se uma

estratégia que possibilita uma formação aligeirada, almejando uma rápida obtenção do certificado para a garantia da lucratividade em contraposição de uma formação qualificada, mas uma formação fragilizada. Por essas razões, a EaD tem sido alvo de pesquisas que investigam suas fragilidades e a ausência do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Sobre a EaD, Koike (2009) salienta que essa forma de ensino é sustentada pelo discurso da democratização do acesso no contexto da graduação o que acaba favorecendo a expansão de maneira desordenada da educação de nível superior a baixo custo. Nesse sentido, “a EaD no âmbito da graduação consolida a mercantilização da educação no país conferindo-lhe caráter discriminatório ao criar dois tipos de ensino, de formação, de aluno e de docente” (p. 08).

Conforme Pereira (2018), o ensino à distância “trata-se de uma modalidade de ensino que possibilita ao setor privado uma rápida e lucrativa expansão de matrículas, constituindo-se como importante alternativa a um mercado cujo público consumidor apresenta históricas limitações financeiras” (p. 18).

Ademais, não podemos negar a expansão dos cursos públicos que veio acompanhada de uma forte precarização e também sofreu os impactos da lógica privatista, sobre isso o CFESS (2014, p. 21):

Quanto aos cursos públicos - embora esses tenham condições de trabalho docente muito mais valorizadas em relação a plano de carreira e qualificação permanente, além da possibilidade de desenvolvimento do tripé indissociável ensino, pesquisa e extensão – é fundamental reconhecer que a lógica privatista atravessa o ensino superior brasileiro e rebate nas IFES, com forte tendência à precarização das condições de trabalho docente e, logo, formativas. Contudo, frente à realidade do setor privado presencial mercantil, as condições formativas e organizativas nas IFES ainda são relativamente bastante favoráveis e condizentes com o propugnado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS [...].

As diretrizes curriculares norteadoras da formação do/a assistente social são portadoras de um direcionamento intelectual e ideopolítico que, defendido no projeto profissional, baseiam-se em princípios fundamentais para os desafios que se apresentam nos últimos tempos: viabilizar a mobilização da luta e defesa intransigente dos direitos humanos, compromissada com a qualidade dos bens e serviços prestados à população, bem como para a ruptura e superação de análises discriminatórias e a construção de uma sociedade humanamente emancipada.

Para uma formação crítica e sólida capaz de romper com visões conservadoras e tecnicistas necessitamos desse direcionamento encontrado nas Diretrizes, é algo fundamental para o processo de formação do/a assistente social, seja na graduação ou pós-graduação. Por isso, preocupar-nos e defender a qualidade dos cursos de Serviço Social oferecidos em cursos públicos, privados sejam presenciais ou na modalidade à distância é de ampla importância, inclusive verificarmos o comprometimento com a criticidade que cerca o projeto da profissão e delimita o trabalho profissional.

Tudo isso implica em retrocessos em relação ao que foi construído e conquistado pela categoria nos últimos trinta anos e irão impactar diretamente no Serviço Social. Sobretudo, os processos de privatização e mercantilização do ensino superior acarretarão uma formação restringida apenas à sala de aula, dificilmente acompanhada de um posicionamento crítico capaz de apreender o processo histórico como uma totalidade, com dificuldades para compreender as particularidades da constituição e desenvolvimento da profissão e do capitalismo no Brasil, bem como as demandas consolidadas e emergentes postas ao Serviço Social.

No capítulo seguinte pontuaremos discussões pertinentes acerca do significado sócio-político e ético da profissão no Brasil, como também o conservadorismo patente na vida social, ressaltando a crise do capital e os seus rebatimentos no Serviço Social.

CAPÍTULO II – IDENTIDADE PROFISSIONAL E CRÍTICA

2.1 O significado político e ético do Serviço Social brasileiro

Com a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, como já tratamos no capítulo anterior, viabilizado através das lutas da classe dos trabalhadores no interior do processo de redemocratização da sociedade brasileira, a participação cívica e política dos/as assistentes sociais foi ampliada, instituiu espaço para o confronto teórico e ideológico entre tendências, além disso, trava-se uma luta pela hegemonia entre diferentes projetos societários e profissionais.

Barroco (2009) aponta para os anos que se seguem, marcados pela maturidade teórica e política do projeto expressa por meio da organização político-sindical da categoria profissional, da capacidade crítica de interlocução com outras áreas, da produção teórica, do desenvolvimento da pesquisa na área e da incorporação de teorias críticas como, por exemplo, a teoria marxista. Do ponto de vista de Netto (1999, p. 16).

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

Sendo o Serviço Social atravessado por relações de poder, dispõe de um caráter essencialmente político, portanto, trata-se de um processo contraditório que nos permite apreender as implicações políticas do exercício profissional e o seu desenvolvimento no contexto de relações entre classes sociais. Neste sentido, Barroco (2009, p. 15) evidencia que:

Na sociedade capitalista, a ação política se objetiva como luta pela hegemonia realizada no espaço público, entre projetos vinculados a interesses de classe, em um contexto estrutural onde as relações sociais, em geral, e as políticas, em especial, são determinadas predominantemente pelo comando do capital.

Após a construção do projeto, o histórico conservadorismo vinculado à profissão foi alvo de críticas e negação e a liberdade passa a ser afirmada. Os valores e princípios transcorreram, sendo assegurados cotidianamente na vida cívica e política, no trabalho, na recusa de aspectos tradicionais, no enfrentamento de novas vivências, entre outros. E, segundo Barroco (2009, p. 17), foi nesse processo que o valor ético-político central despontou:

É assim que o compromisso com as classes trabalhadoras desponta como valor ético-político central, orientando o posicionamento dos setores organizados da categoria, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, marco ético e político apropriado no processo de reformulação do Código de Ética, em 1986: o primeiro a romper com o histórico conservadorismo dos códigos de ética brasileiros.

É importante mencionar que esse mesmo Código foi ampliado e reformulado em 1993, o novo Código foi suficientemente desenvolvido e orientado pelos preceitos marxistas e concedeu bases para o projeto de ruptura com o conservadorismo da profissão.

No tocante a ética profissional, ela se legitima como ação moral no decorrer do trabalho profissional através do Código de Ética da profissão, da normatização de deveres e valores, das teorias e filosofias que direcionam a intervenção profissional e da ação ético-política. Pertencer a um projeto profissional que responda aos seus ideais, às projeções tanto profissionais quanto societárias também correspondem à consciência ética da profissão e tal como Barroco destaca (2009, p. 13) “os profissionais participam eticamente de um projeto profissional quando assumem individual e coletivamente a sua construção, sentindo-se responsáveis pela sua existência, como parte integrante do mesmo”.

Esta remissão aos Códigos de Ética nos faz refletir a respeito do que Netto (1999, p. 08) deixou explícito ao discutir os elementos éticos dos projetos profissionais:

[...] os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional.

Consoante à análise de Netto, entendemos que a ética profissional, seja na relação com os/as usuários/as ou nos limites do capitalismo, materializa-se através do alargamento da prática profissional quando ela é politizada, ou seja, quando a categoria estabelece estratégias político-profissionais almejando reforçar os interesses da classe trabalhadora. Isso proporciona uma ação ético-política articulada a um projeto coletivo mais amplo para a sociedade, fortalecida para os momentos de resistência e enfrentamento.

Partindo de tais pressupostos, na perspectiva de resistir e enfrentar uma tendência latente no Serviço Social é que tomaremos adiante a discussão sobre o conservadorismo e os seus traços mais visíveis no interior do reconhecimento da profissão e a sua imagem socialmente difundida na contemporaneidade.

2.2 O conservadorismo e a imagem do Serviço Social

Enquanto uma profissão inscrita da divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social está sujeito ao conservadorismo enraizado na vida cotidiana de seus/suas usuários/as e na sua própria constituição histórica. O conservadorismo é uma tendência imbricada na ordem do capital para a manutenção da ordem vigente e é nesse movimento contraditório que o Serviço Social circunscreve a sua atuação nas relações sociais da sociedade capitalista, reproduzindo um determinado modo de vida e de trabalho e da própria ordem estabelecida e suas contradições e desigualdades (SANTOS, 2007).

De acordo com Yamamoto (1992, p. 24) o pensamento conservador é reconhecido por evocar o passado e suas tradições e costumes, além disso, “O pensamento tende a aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta, valorizando os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares, em detrimento da estrutura da sociedade”.

É diante dessas características do conservadorismo e considerando as análises realizadas por Ortiz (2007) que passaremos a considerar a imagem do Serviço Social com o passar das décadas e avanços.

Inicialmente, vale lembrar que na década de 1940, no Brasil, as grandes instituições socioassistenciais formaram legítimos espaços de atuação profissional dos/as assistentes sociais. Conforme Ortiz (2007), a partir desse contexto até a

atualidade, podemos notar a permanência de antigos traços e a aparição de novos na prática profissional o que nos convida a ressaltarmos a influência do positivismo que viabilizou tanto avançar tecnicamente, como permanecer vinculado as bases conservadoras iniciais.

Ortiz também enfatiza que as características que determinam a imagem do Serviço Social não apresentam um significado preciso e são atravessadas por contradições da sociedade capitalista. Desse modo:

[...] há em curso no Serviço Social brasileiro um processo de construção de uma imagem renovada, cujos traços convivem dialeticamente com outros tradicionais, que continuam latentes, às vezes, mais visíveis, outras nem tanto. Mas, certamente, concorrendo com elementos novos que se afinam com os princípios que hoje norteiam hegemonicamente o Serviço Social brasileiro e comparecem claramente em seu projeto profissional. Constituem-se, na verdade, em concepções e perspectivas de profissão em disputa, e, que juntas compõem uma determinada imagem do Serviço Social no Brasil na contemporaneidade (ORTIZ, 2007, p. 34-35).

Essa convivência entre antigos e novos traços conforma uma determinada imagem para o Serviço Social. Tecer sobre alguns desses traços, mesmo que sucintamente, faz-se necessário para melhor entendermos a manutenção de alguns aspectos considerados tradicionais na imagem social da profissão e que se mantêm na atualidade, apesar da implementação do projeto ético-político.

Para começarmos, a questão da “vocação” é um aspecto persistente para o investimento na profissão. Em detrimento do conhecimento acumulado, o que deveria ser priorizado seria o quão bondoso o agente fosse, ou seja, suas qualidades morais se sobressaem ao seu saber. Nesse sentido, Ortiz (2007, p. 164-165) salienta:

A prioridade da vocação como requisito para ingresso na profissão, indica uma outra característica que contribui na constituição do ethos profissional, e que acolhe conseqüências presentes até hoje, como por exemplo, a dificuldade de o assistente social apreender o lugar que ocupa a teoria no exercício profissional; e o tratamento dado ao conhecimento teórico, ou a capacitação continuada na sua profissão. Logo, uma profissão, cujo critério de ingresso se baseava nos valores morais e pessoais, não podia priorizar a produção ou a necessidade do conhecimento [...].

Nesta mesma perspectiva, destacamos o aspecto que se refere ao perfil “adequado” para torna-se um/a assistente social. Ser mulher, sem dúvidas, é um forte elemento que determina um perfil ideal para a profissão. Levando em consideração que o Serviço Social é majoritariamente uma profissão feminina, isso se deve à forma

como a intervenção profissional se iniciou atrelada ao conservadorismo da Igreja Católica, o que delineou um determinado perfil.

Em conformidade com o assunto, o CFESS (2002), em uma pesquisa recente sobre o perfil de assistentes sociais no Brasil, destacou que o público majoritário do âmbito de profissionais do Serviço Social continua sendo o público feminino com 92,92%, enquanto 6,97% são do sexo masculino. Isso comprova a tendência histórica de predominância feminina na profissão.

Segundo Ortiz (2007), outro aspecto latente na imagem do Serviço Social é a relação entre empregador e empregado. No que diz respeito à exigência de um/a profissional com características como “boazinha”, de “fala mansa”, que seja capaz de escutar, aconselhar e apaziguar tensões.

A subalternização da profissão também está presente na imagem do Serviço Social e isso decorre da forma como ele se inseriu na divisão social e técnica do trabalho. A ausência de uma teoria própria, colocou o Serviço Social como incapaz de produzir conhecimento, no entanto, Ortiz (2007) afirma que para a sua afirmação enquanto profissão basta oferecer respostas qualificadas às demandas postas cotidianamente nos seus espaços ocupacionais.

São esses aspectos e outros que delimitam uma certa imagem para a profissão que acabam contornando uma imagem distorcida do seu real significado, retornando à traços que marcaram o início do Serviço Social no Brasil e que são expressos no âmbito das relações de trabalho até hoje.

As atuais condições históricas, em que o conservadorismo se atualiza de diferentes maneiras, uma delas sob as ideias pós-modernas³, podem resultar em percas para o Serviço Social que avançou tanto nas últimas décadas no que concerne a sua direção social e estratégica defendida no Projeto Ético e Político profissional. É justamente sobre isso a discussão que se segue no próximo item.

2.3 A crise do capital e os rebatimentos do conservadorismo na profissão

A conjuntura capitalista mundial remonta para a crise do capitalismo monopolista a partir dos anos de 1970, passando por uma longa onda de estagnação, o capitalismo avança com o processo de internacionalização de sua produção e

³ Conferir em Santos (2007).

mercados implantando o capital especulativo financeiro. Por fazer parte de um país de capitalismo periférico, no Brasil a crise inicia nos anos de 1980.

Em momentos de crise, ocorre a quebra do ciclo de produção e do consumo em massa, os altos índices de desemprego são constatados e, como consequência disso, o empobrecimento generalizado da população. Vale salientar, o processo de despolitização da questão social é aprofundado e ela passa a ser desqualificada como questão pública ou política, quanto as políticas públicas e os direitos sociais esses são desregulamentados e a atenção à pobreza é desviada para esfera privada ou individual, submetida a ações solidárias e benemerentes e não à responsabilidade pública estatal.

Como resposta à dura recessão do capital as orientações da política neoliberal foram implantadas como único caminho para o crescimento econômico. De acordo com Yamamoto:

O caráter conservador do projeto neoliberal se expressa de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história; e de outro lado, em um retrocesso histórico condensado no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, consubstanciadas nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais acumuladas são transformadas em “problemas ou dificuldades”, causa de “gastos sociais excedentes”, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados. A contrapartida tem sido a difusão da idéia liberal de que o “bem-estar social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao mercado e à filantropia, como alternativas aos direitos sociais (2004, p. 02).

A autora também salienta que no marco de uma onda de crise: “O capital cria as condições históricas necessárias para a generalização de sua lógica de mercantilização universal, submetendo aos seus domínios e objetivos de acumulação o conjunto das relações sociais, a economia, a política, a cultura” (2004, p. 02).

É pertinente constatar as imposições deste cenário para o Serviço Social diante das novas requisições do mercado de trabalho e da reanimação dos estratos conservadores no interior da profissão, estamos nos referindo à pós-modernidade. É a partir dessa discussão que prosseguiremos com ênfase nesse elemento que rebate na legitimidade do Serviço Social como uma forma de resistir à vertente de Marx norteadora da direção social defendida no Projeto Ético-Político.

Conforme Santos (2007), a pós-modernidade surge na virada da década de 1980, no contexto de crise do capital, assim sendo, “a pós-modernidade surge assim imbricada à atual crise capitalista e caracteriza-se em oposição às teorias sociais modernas se propondo como uma alternativa à sua ineficiência” (p. 11). Estamos falando de uma “ofensiva neoconservadora” que, uma vez espraiada no meio profissional, trata em deslegitimar a diretriz de rompimento do Serviço Social com o tradicionalismo.

A pós-modernidade não é um fenômeno novo. Como afirma Silva (2017), a sua presença remete diretamente para o período tratado acima, em que o neoliberalismo, receituário ultraliberal de Hayek e Friedman, repercutiu como ideário na política mundial contemporânea. O pensamento pós-moderno se conforma, dessa maneira, como a lógica cultural da fase capitalista atual, legitimando e reforçando ainda mais a ordem dominante.

O conjunto de ideias pós-modernas são extremamente funcionais à reprodução social do capitalismo, uma vez que contribuem para a incredibilidade da perspectiva crítica, para o ocultamento das relações de classes dominantes e da alienação imbricada à sociedade burguesa e, sobretudo, para a fragilização do projeto coletivo de construção de uma nova ordem social em detrimento da hegemonia do capital (CANTALICE, 2016).

Algumas atitudes pós-modernas são citadas por Santos, tais como:

*A superficialidade de suas análises sobre as transformações societárias recentes aparece como uma clara opção em contraponto a descrições totalizantes, já que *totalidade*, neste ponto de vista, é “confundida” com *totalitarismo e ocultamento das diferenças*. A estratégia consiste mais precisamente na *satanização da totalidade e das categorias universalizantes do projeto da modernidade em nome da completa ausência de perspectivas que proponham o enfrentamento da complexidade do real para além da perplexidade, da impotência ou da celebração* (2007, p. 39-40, grifos do autor).*

Essas atitudes pós-modernas tendem a repercutir fertilmente no interior do Serviço Social, isso se deve ao fato do desenvolvimento da profissão ter sido fortemente marcado pelo conservadorismo e o sincretismo⁴, esses são vetores de aproximação da pós-modernidade ao trabalho profissional.

⁴ Essa é uma tendência de incorporação, de forma eclética, de “novas” teorias (SANTOS, 2007).

É relevante mencionarmos a discussão sobre em quais campos do Serviço Social a pós-modernidade tem se alastrado e, segundo Santos (2007), pela primeira vez, desde o Movimento de Reconceituação, ela não está restrita apenas ao chamado “campo da prática” – cujo objetivo é dificultar a penetração da vertente crítico-dialética de Marx -, mas influenciando fortemente também o campo das ciências sociais. Em outras palavras, alguns autores e textos tem incorporado a pós-modernidade e reanimado no âmbito da profissão o conservadorismo profissional. Isso pode ser observado através de alguns traços citados por Santos: leitura fragmentada da realidade social, o messianismo e a requisição de um trabalho profissional tecnicista e imediatista.

Os principais traços dessa aproximação, como Santos (2007) revela, são as críticas relacionadas à “crise de paradigmas”, o seu alvo principal é a teoria social de Marx cujo a crítica é em torno da sua “insuficiência” explicativa dos fenômenos da atualidade e da recusa da categoria da totalidade e das “metanarrativas”. Em conformidade com Santos, Iamamoto reflete:

A cultura da “pós-modernidade”, na sua versão neoconservadora, é produzida no lastro do atual estágio de acumulação flexível do capital [...]. Ela é condizente com a mercantilização universal e sua indissociável descartabilidade, superficialidade e banalização da vida. Gera tremores e cismas nas esferas dos valores e da ética orientadas à emancipação humana. O pensamento pós-moderno contrapõe-se às teorias sociais que, apoiadas nas categorias da razão moderna, cultivam as “grandes narrativas”. Questiona, nivelando, os paradigmas positivista e marxista e dilacera projetos e utopias. Reitera, em contrapartida, a importância do fragmento, do efêmero, do intuitivo e do micro-social (2004, p. 04).

Temos, portanto, no âmbito do Serviço Social, um conservadorismo que se moderniza e realimenta velhos traços travestidos de novos no trabalho profissional. Assim, as ideias pós-modernas se propagadas no meio profissional podem resultar em retrocessos quanto a direção estratégica já consolidada. Diante disso, relatar os rebatimentos dessa conjuntura desafiante para o Serviço Social se faz necessário para o embasamento de estratégias de enfrentamento.

CONCLUSÃO

A partir das reflexões tecidas até então, as quais objetivaram discutir sobre os aspectos tradicionais que ameaçam a legitimidade do projeto ético-político do Serviço Social na realidade atual, constatamos rebatimentos particulares e características que remetem à convivência com traços conservadores que marcaram a gênese e boa parte do desenvolvimento da profissão no Brasil.

É inegável a afirmativa de que o Serviço Social brasileiro vem atravessando nas últimas décadas transformações e avanços, os quais podem ser revelados através do projeto ético político hegemônico na profissão. Contudo, o cenário econômico e sócio-político que marca a entrada do neoliberalismo no Brasil tende a reafirmar para o Serviço Social elementos que nunca foram completamente eliminados do interior da profissão e que em contextos como estes são reforçados e reaparecem sob novos formatos. Um novo formato que pode ser constatado é o receituário pós-moderno e os seus conflitos gerados no âmbito da profissão. Como discutimos no decorrer deste trabalho, esses conflitos repousam no imediato, na alienação, no superficial, na subordinação, ou seja, no confronto entre o tradicional e o “novo”, podendo resultar em retrocessos e perdas consideráveis se tratando de projeto ético e político.

A invasão neoconservadora surge como uma forma de interdição ao exercício do/a assistente social, pois dificulta a sua capacidade crítica e propositiva, estabelecendo uma análise superficial da realidade e, como resultado, uma atuação respaldada pelo imediatismo e subordinada às regras institucionais. Com efeito, essa tendência contemporânea rebate na legitimidade do Serviço Social como uma forma de resistência à vertente teórica de Marx que orienta a direção social construída pela profissão.

Em síntese, a materialização desse projeto no cotidiano do trabalho do/a assistente social é permeada por desafios, porém o mesmo deve ser compreendido como um referencial para a atuação profissional crítica, sob uma perspectiva emancipatória capaz de transformar as relações sociais contraditórias da sociedade capitalista. Isso convoca aos/as assistentes sociais, no exercício de suas atividades, a afirmarem rigorosamente o seu projeto profissional, sobretudo, no que diz respeito

à defesa dos interesses dos/as trabalhadores/as em geral e construção de uma nova ordem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. *In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais*. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. Neoconservadorismo na produção do conhecimento em serviço social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. *In: Temporalis*. Nº 32. Brasília (DF), 2016.

CFESS. Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social, 2014. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf.
 Acesso em: 12/02/2023.

CFESS. **Perfil de assistentes sociais no brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional, 2022. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>.
 Acesso em: 10/03/2023.

GONÇALVES, Patrícia Palmeira; SILVA, Claudia Neves da. Educação a distância e formação profissional do/da assistente social: elementos para o debate. *In: R. Katál.*, v. 23, p. 90-100. Florianópolis, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios**. San José: Costa Rica, 2004.

_____ ; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1999.

KOIKE, Maria Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. *In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. -2. ed.- São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional Brasília*, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 50. Editora Cortez, 1996.

_____. Introdução ao método na teoria social. **In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, 2009.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **O Serviço Social e sua Imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2007.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. **In: R. Katál.**, v. 21, n. 1, p. 189-199. Florianópolis, 2018.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: Resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social e tendências teóricas atuais. **In: Rev. Katálysis**, v. 20, n. 1. Florianópolis, 2017.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. **In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

_____. A dimensão política do trabalho do assistente social. **In: Serv. Soc. Soc.**, n. 120, p. 677-693. São Paulo, 2014.